

**SENHOR LUCAS MARQUES DE SOUZA PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/RS**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 30/2025

**BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.964.245/0001-39, com sede na Rua Plínio Arlindo de Nês, nº 1304 D, Bairro Eldorado, Chapecó/SC, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. Paulo Henrique Bringhenti da Silva, vem, respeitosamente, apresentar **recurso contra a habilitação e classificação da licitante Campo Bom Distribuidora Ltda**, nos termos do art. 165, inciso I, “b” e “c”, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

**1. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso administrativo é cabível nos termos do artigo 165, inciso I, alíneas “b” e “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura às licitantes a apresentação de recurso em face do julgamento das propostas ou ato da habilitação de licitante:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;”

No caso concreto, o recurso é interposto contra a habilitação e classificação da empresa Campo Bom Distribuidora LTDA, por entender esta recorrente que foram desatendidas exigências expressas no edital quanto às especificações do produto, e ainda, de regularidade fiscal, o que compromete a regularidade do certame e o princípio da isonomia.

Ademais, o Pregoeiro, no chat oficial da sessão pública, fixou o prazo final para interposição de recursos administrativos até às 23h59 do dia 6 de junho de 2025, prazo que está sendo integralmente observado com a presente manifestação, razão pela qual a presente peça é tempestiva e plenamente admissível.

## **2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Nos termos do princípio da vinculação ao edital, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração e os licitantes estão obrigados a observar fielmente as condições estabelecidas no instrumento convocatório, sendo vedada a aceitação de propostas ou documentos em desconformidade com suas exigências. O descumprimento de cláusulas editalícias impõe, portanto, a desclassificação ou inabilitação do licitante, em respeito aos princípios da isonomia, da legalidade e da integridade do certame.

“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, do interesse público, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.”

No presente caso, a empresa Campo Bom Distribuidora LTDA apresentou, em sua proposta, produto que não atende às exigências estabelecidas no edital. Este previa, de forma clara e expressa, que as massas “parafuso” e “espaguete” fossem do tipo sêmola, o que configura requisito técnico essencial para o atendimento das especificações do item.

Entretanto, a marca ofertada pela licitante — Flor de Lis — não possui massas fabricadas com sêmola, conforme atestado pela própria ficha técnica da fabricante, a qual descreve que a composição dos produtos se dá exclusivamente com ovos. Inexiste, portanto, qualquer versão das massas da referida marca compatível com o tipo sêmola, tornando inviável o atendimento à exigência editalícia.

Trata-se, assim, de falha material e técnica na formulação da proposta, que deveria ter sido imediatamente rejeitada pelo Pregoeiro, sob pena de afronta ao princípio do julgamento objetivo e da vinculação ao edital.

Adicionalmente, foi apresentada pela licitante uma Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul emitida em 5 de junho de 2024, com validade até 3 de agosto de 2024, ou seja, expirada à época da sessão de abertura e julgamento das propostas, contrariando os dispositivos dos arts. 62, inciso III, e 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que impõem como condição de habilitação a regularidade fiscal.

Importante frisar que a empresa não se enquadra como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), motivo pelo qual não faz jus ao tratamento favorecido previsto nos arts. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no tocante à possibilidade de regularização fiscal para assinatura do contrato.

Ainda que se alegasse a aplicação do formalismo moderado, tal argumento não se sustenta neste caso, uma vez que a certidão já se encontrava vencida anteriormente à data da apresentação da proposta, não se tratando, portanto, de documento cuja validade tenha expirado no curso da licitação, situação para a qual a própria Lei nº 14.133/2021 admite diligência corretiva.

Cumprе ainda registrar que, em tentativa de consulta à base pública da Secretaria da Fazenda do Estado do RS, não foi possível a emissão de nova certidão atualizada. Consta, inclusive, que certidões positivas ou com efeito de negativa somente podem ser geradas pelo contribuinte diretamente. Isso demonstra que a empresa apresentou documento expirado e sabidamente irregular, numa tentativa de induzir o Pregoeiro a erro quanto ao atendimento da regularidade fiscal.

Diante de tais elementos, verifica-se violação direta às regras do edital e à legislação aplicável, impondo-se a desclassificação da proposta e a inabilitação da empresa, como medida necessária à preservação da isonomia, da legalidade e da credibilidade do procedimento licitatório.

### **3. DO DESATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DE MACARRÃO TIPO SÊMOLA**

O edital da licitação em referência estabeleceu de forma clara e objetiva que os itens de massa — especificamente o espagete e o parafuso — deveriam ser do tipo

sêmola, requisito técnico fundamental para garantir a qualidade nutricional e a padronização do fornecimento. Tal especificação constou de modo inequívoco na descrição do item licitado, não podendo ser relativizada ou ignorada sob pena de afronta ao princípio do julgamento objetivo.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade
1	CESTA BÁSICA CONTENDO: 2KG DE AÇÚCAR CRISTAL, EMBALAGEM DE 1KG, 5 KG DE ARROZ TIPO 1, SUBGRUPO BRANCO POLIDO, CLASSE LONGO FINO- EMBALAGENS DE 1KG, 1 PACOTE DE BISCOITO TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 400GR, 1 KG DE FARINHA DE MILHO MÉDIA - EMBALAGEM DE 1KG, 3KG DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - EMBALAGEM DE 1KG, 3KG DE FEIJÃO TIPO 1, SUBGRUPO PRETO - EMBALAGEM DE 1KG, 1 PACOTE DE LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO- EMBALAGEM ALUMINIZADA DE 1KG, 2 PACOTES DE 500GR CADA DE MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA TIPO ESPAGUETE, 2 PACOTES DE 500GR CADA DE MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA TIPO PARAFUSO, 2 GARRAFAS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO DE 900ML, EMBALAGEM PLÁSTICA, 2 LATAS DE SARDINHA COM MOLHO DE TOMATE TEMPERADO, EMBALAGEM DE 125GR, 1 SACHE DE CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO, EMBALAGEM DE 50GR, 1 EXTRATO DE TOMATE, LATA COM 350GR APROXIMADAMENTE, 1KG DE SAL MOIDO IODADO - EMBALAGEM DE 1KG. ACONDICIONADA EM SACOLA PLÁSTICA RESISTENTE COM ALÇA E LACRADA COM FITA ADESIVA.	UN	6.500

Entretanto, a licitante classificada em primeiro lugar, Campo Bom Distribuidora LTDA, apresentou proposta com a marca “Flor de Lis”, cujos produtos — conforme ficha técnica oficial — são produzidos exclusivamente com adição de ovos, não havendo qualquer linha de produção da marca voltada à elaboração de massas tipo sêmola. Ou seja, trata-se de produto com composição substancialmente distinta daquela exigida pelo instrumento convocatório, o que caracteriza vício material insanável.

Importa destacar que a massa de sêmola possui propriedades nutricionais específicas, sendo isenta de colesterol, pela ausência de adição de ovos, o que a torna adequada a públicos com restrições alimentares, como pessoas em dieta para controle de colesterol. Além disso, é rica em vitaminas do complexo B, importantes para o

metabolismo de gorduras, a saúde neurológica e o combate a radicais livres, bem como fonte de proteínas essenciais à renovação celular, composição enzimática e regulação hormonal.

Assim, a substituição por produto à base de ovos prejudica diretamente o atendimento do interesse público, alterando a qualidade nutricional do item, o que justifica a exigência técnica imposta no edital e reforça a necessidade de sua fiel observância.

Portanto, a proposta apresentada não atende ao requisito editalício essencial, tratando-se de produto diverso do especificado no Termo de Referência. Não se trata, aqui, de mera falha formal, mas de vício material, pois a composição da massa ofertada não corresponde àquela exigida — o que compromete o objeto licitado e inviabiliza a aceitação da proposta, nos termos do art. 59, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

Admitir o produto em desconformidade equivaleria a desrespeitar o julgamento objetivo, violar a vinculação ao edital e comprometer a isonomia entre os licitantes, sendo necessária a desclassificação da proposta.

#### **4. DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL ESTADUAL**

A empresa classificada em primeiro lugar apresentou, como parte da documentação de habilitação, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, com data de emissão em 05 de junho de 2024 e validade até 03 de agosto de 2024.

Considerando que a sessão de abertura ocorreu em 03 de junho de 2025, conforme consta da ata do certame, verifica-se que a certidão foi apresentada com validade expirada há exatos 10 meses, portanto, não podendo ser considerada para fins de comprovação de regularidade fiscal.

Nos termos do art. 62, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, constitui requisito de habilitação:

“Art. 62. Para fins de habilitação nas licitações, serão exigidos dos licitantes, exclusivamente:

(...)

III – prova de regularidade fiscal e trabalhista;”

Ocorre que a Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de atualização de documentos vencidos, mas somente na hipótese em que a validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64, inciso II:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

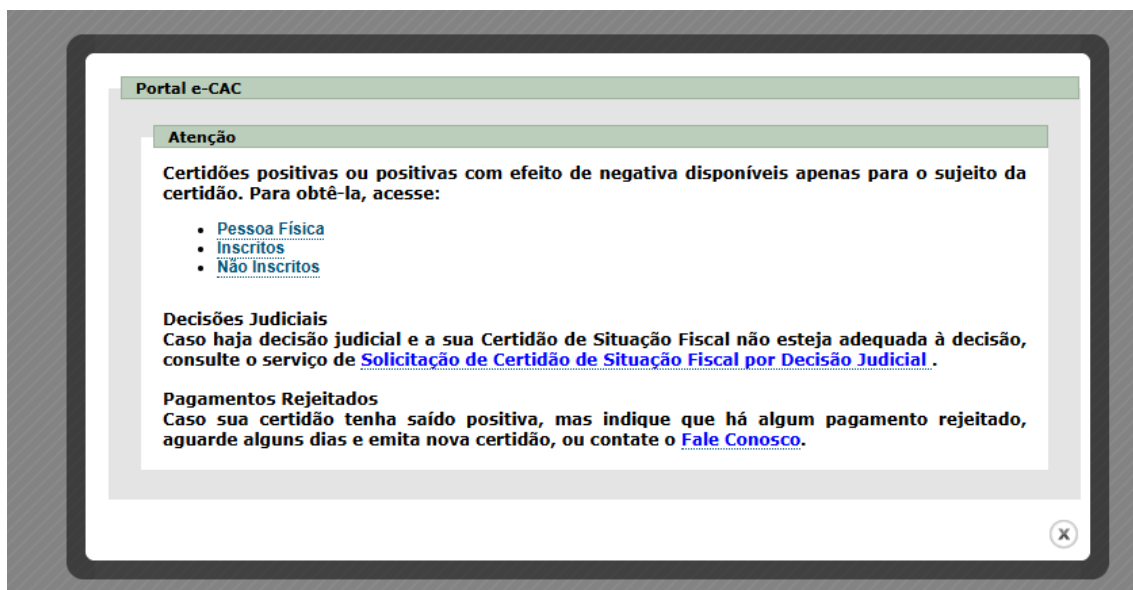
(...)

II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.”

Portanto, documentos que já estavam vencidos antes da data de abertura da sessão pública não podem ser supridos por diligência, configurando vício insanável, que impede a habilitação da empresa. Essa restrição visa garantir a isonomia entre os participantes, bem como a segurança jurídica do procedimento.

Adicionalmente, não há nos autos qualquer comprovação de que a empresa se enquadre como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), razão pela qual não pode invocar o benefício dos arts. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006 para fins de regularização fiscal posterior.

Ressalta-se, ainda, que tentativa de consulta à base da Secretaria da Fazenda do Estado do RS indica que certidões positivas ou positivas com efeito de negativa somente podem ser emitidas mediante acesso pelo contribuinte, inexistindo qualquer possibilidade de verificação pública de regularidade atualizada.



Diante do exposto, a aceitação da referida certidão, vencida desde 03 de agosto de 2024, representa violação ao princípio da legalidade, ao julgamento objetivo e à vinculação ao edital, motivo pelo qual impõe-se a inabilitação da empresa.

## **5. DA NECESSIDADE DE REVERSÃO DA HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE CAMPO BOM DISTRIBUIDORA LTDA**

Conforme demonstrado nos itens anteriores, a licitante Campo Bom Distribuidora LTDA incorreu em duas infrações materiais graves, incompatíveis com a manutenção de sua habilitação e classificação no certame, quais sejam:

- Apresentação de produto em desconformidade com o Termo de Referência, ao ofertar massa com ovos em vez de massa tipo sêmola, conforme expressamente exigido no edital;
- Apresentação de certidão estadual de regularidade fiscal vencida na data da sessão pública, em violação ao disposto no art. 62, inciso III, combinado com o art. 64, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de vícios insanáveis, que não podem ser corrigidos mediante diligência ou substituição de documentos, tampouco relativizados por meio de interpretação

extensiva, sob pena de se comprometer a segurança jurídica, a isonomia entre os licitantes e a vinculação estrita ao edital, princípios fundamentais que regem a licitação.

A tentativa de justificar a manutenção da habilitação da licitante sob o argumento do princípio da economicidade também não se sustenta, pois, a diferença entre a proposta da empresa Campo Bom Distribuidora LTDA (R\$ 743.600,00) e a proposta da segunda colocada (R\$ 743.925,00) é de apenas R\$ 325,00, o que representa uma variação percentual de aproximadamente 0,044% do valor total. Tal diferença é ínfima e não pode justificar o afastamento das normas legais e editalícias, tampouco o acolhimento de propostas desconformes com o objeto ou com irregularidades fiscais.

A manutenção da licitante nas fases seguintes do certame, a despeito das irregularidades apontadas, configura violação ao princípio da legalidade, além de representar risco de contratação com proposta incompatível com o objeto licitado, situação que pode resultar em prejuízo à Administração Pública, inclusive sob o aspecto da qualidade do fornecimento.

Assim, impõe-se a reversão da habilitação e da classificação da empresa Campo Bom Distribuidora LTDA, com sua consequente inabilitação, permitindo-se a correta aplicação dos critérios legais e editalícios de julgamento e a eventual convocação da licitante seguinte, respeitada a ordem classificatória.

## **6. DA NECESSÁRIA CONVOCAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Reconhecida a inabilitação da empresa Campo Bom Distribuidora LTDA, em razão das irregularidades materiais insanáveis já demonstradas impõe-se a imediata convocação da segunda colocada no certame.

Nos termos do edital, uma vez inabilitada a primeira classificada, deverá ser respeitada a ordem de classificação para que a licitante subsequente seja convocada a apresentar a proposta readequada ao resultado da etapa de lances; e os documentos exigidos para a fase de habilitação.



A adoção desta medida assegura o regular prosseguimento do certame e a observância dos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa à Administração, além de garantir a efetiva adjudicação do objeto licitado sem prejuízo à continuidade do procedimento licitatório.

## **7. DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer-se:


1. O conhecimento do presente recurso, por ser tempestivo e interposto por parte legítima;
2. O seu integral provimento, para que sejam reconhecidas as irregularidades materiais insanáveis praticadas pela empresa Campo Bom Distribuidora LTDA, consistentes: (i) na apresentação de produto em desconformidade com as especificações técnicas previstas no edital, ao ofertar massa com ovos em vez de massa tipo sêmola; e (ii) na apresentação de CND Estadual de Regularidade Fiscal com validade expirada na data da sessão pública;
3. A consequente inabilitação da referida empresa, com sua respectiva desclassificação no certame, em razão do descumprimento das exigências editalícias e das disposições legais aplicáveis;
4. A convocação da segunda colocada, respeitada a ordem classificatória, para apresentação de proposta readequada e dos documentos de habilitação, garantindo a continuidade do procedimento licitatório de forma regular e isonômica.

Termos em que requer e espera deferimento.

Chapecó, 6 de junho de 2025.

---

BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

	<b>TONDO S.A.</b> <b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO</b> FICHA TÉCNICA	FT-MFL-001 Revisão: 4.000 Data: 18/06/24 Pág.: 1 de 2
<b>Nome do produto:</b> Massa Alimentícia com Ovos		Elaborado por: RT Aprovado por: Dir. Industrial

**MARCA**

Flor de Lis
-------------

**COMPOSIÇÃO**

Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovo integral desidratado e corante natural urucum e cúrcuma. <b>ALÉRGICOS: CONTÉM OVO E DERIVADOS DE TRIGO. PODE CONTER SOJA, CEVADA, CENTEIO, AVEIA E TRITICALE. CONTÉM GLÚTEN.</b>
--

**ESPECIFICAÇÕES SENSORIAIS**

Aparência	Característico.
Odor	Característico.
Sabor	Característico.

**ESPECIFICAÇÕES FÍSICO-QUÍMICAS**

Umidade (%)	Máx. 13,0
Acidez (mL de sol. N de NaOH/100g)	Máx. 5,0
Tempo de cocção (min)	7 a 11 * Min.
Cinzas BS (%)	Máx. 1,200

\* Varia de acordo com o corte

**ESPECIFICAÇÕES MICROBIOLÓGICAS**

Micro-organismo	n	c	m	M
<i>Salmonella</i> (em 25g)	5	0	Ausência	-
<i>Bacillus cereus</i> presuntivo (UFC/g)	5	1	$\leq 1 \times 10^2$	$\leq 5 \times 10^3$
Estafilococos coagulase positiva (UFC/g) somente nas massas com ovos	5	2	$\leq 1 \times 10^3$	$\leq 5 \times 10^3$
<i>Escherichia coli</i> (UFC/g)	5	3	$\leq 5 \times 10$	$\leq 1 \times 10^2$

**ESPECIFICAÇÕES DE MATÉRIAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS**

Matérias estranhas indicativas de risco a saúde humana	
Matérias macroscópicas (em 225 g)	Ausência
Matérias macroscópicas - outras (em 225 g)	Ausência
Matérias microscópicas - fragmentos de pelos de roedor (em 225 g)	Ausência
Matérias estranhas indicativas de falhas das Boas Práticas	
Matérias macroscópicas (em 225 g)	Ausência
Matérias microscópicas - fragmentos de insetos (em 225 g)	Máx. 225
Areias ou cinzas insolúveis em ácido (%)	Máx. 1,5
Matérias microscópicas - ácaros (em 225 g)	Máx. 5
Matérias microscópicas - outras (em 225 g)	Ausência

**ESPECIFICAÇÕES MICOTOXICOLÓGICAS**

Aflatoxinas B1+B2+G1+G2 (µg/kg)	Máx. 5
Ocratoxina (µg/kg)	Máx. 10
Desoxinivalenol - DON (µg/kg)	Máx. 1000
Zearalenona (µg/kg)	Máx. 100

**ESPECIFICAÇÕES DE CONTAMINANTES INORGÂNICOS**

Arsênio (mg/kg)	Máx. 0,20
Cádmio (mg/kg)	Máx. 0,20
Chumbo (mg/kg)	Máx. 0,20

**TABELA NUTRICIONAL****MASSA CURTA**


INFORMAÇÃO NUTRICIONAL			
Porções por embalagem: Cerca de 6 Porção: 80 g (1 xícara de chá)			
	100 g**	80 g	%VD*
Valor energético (kcal)	187	286	14
Carboidratos (g)	38	58	19
Açúcares totais (g)	1,2	1,8	
Açúcares adicionados (g)	0	0	0
Proteínas (g)	6,1	9,2	18
Gorduras totais (g)	1,2	1,9	3
Gorduras saturadas (g)	0,3	0,4	2
Gorduras trans (g)	0	0	0
Fibras alimentares (g)	1,8	2,7	11
Sódio (mg)	4,2	6,4	0
*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.			
**No alimento pronto para consumo.			

**MASSA LONGA**

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL			
Porções por embalagem: Cerca de 6 Porção: 80 g (1 prato raso)			
	100 g**	80 g	%VD*
Valor energético (kcal)	163	286	14
Carboidratos (g)	33	58	19
Açúcares totais (g)	1	1,8	
Açúcares adicionados (g)	0	0	0
Proteínas (g)	5,2	9,2	18
Gorduras totais (g)	1,1	1,9	3
Gorduras saturadas (g)	0,2	0,4	2
Gorduras trans (g)	0	0	0
Fibras alimentares (g)	1,5	2,7	11
Sódio (mg)	3,6	6,4	0
*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.			
**No alimento pronto para consumo.			

**TONDO S.A.**

Unidade Industrial 3: Rua 10 de Novembro, 264 • Bairro Cidade Alta • Bento Gonçalves/RS • CEP 95700-382 • Tel. (54) 3055.0500  
Unidade Industrial 4: Rodovia ERS-122, nº 10.668, km 66 • Bairro Forqueta • Caxias do Sul/RS • CEP 95115-550 • Tel. (54) 3026.7500  
[www.orquidea.com.br](http://www.orquidea.com.br)

	<b>TONDO S.A.</b> <b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO</b> FICHA TÉCNICA	FT-MFL-001 Revisão: 4.000 Data: 18/06/24 Pág.: 2 de 2
<b>Nome do produto:</b> Massa Alimentícia com Ovos		Elaborado por: RT Aprovado por: Dir. Industrial

#### CARACTERÍSTICAS DA EMBALAGEM

Primária	BOPP + PP.
Secundária	Fardo de PEBD.

#### CONSERVAÇÃO E ESTOCAGEM

Conservar em local limpo, seco, fresco, arejado, isento de odores. Evitar exposição ao sol.

#### FOTO DE REFERÊNCIA



#### MODO DE PREPARO

Colocar em uma panela 1 litro de água para cada 100 g de massa. Levar ao fogo até ferver. Juntar a massa e cozinhar pelo tempo indicado até a massa ficar “al dente”. Retirar do fogo, escorrer a água e colocar em uma travessa. Sugestão: se preferir, acrescentar sal e óleo a gosto na água quando começar a ferver.

#### INFORMAÇÕES REGULAMENTADORAS

##### Normas básicas sobre alimentos:

Decreto-Lei nº 986, de 21.10.1969.

##### Registro / Dispensa de registro:

Resolução-RDC nº 23, de 15.03.2000;  
Resolução-RDC nº 27, de 06.08.2010; e,  
Resolução-RDC nº 240, de 26.07.2018.

##### Regulamento técnico - farinha de trigo:

Instrução Normativa nº 8, de 02.06.2005.

##### Regulamento técnico - produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos:

Resolução-RDC nº 711, de 01.07.2022.

##### Aditivos alimentares:

Resolução-RDC nº 778, de 01.03.2023; e,  
Instrução Normativa nº 211, de 01.03.2023.

##### Enriquecimento das farinhas de trigo e de milho:

Resolução-RDC nº 604, de 10.02.2022.

##### Microbiologia:

Resolução-RDC nº 724, de 01.07.2022; e,  
Instrução Normativa nº 161, de 01.07.2022 (item 19.b.).

##### Matérias macroscópicas e microscópicas:

Resolução-RDC nº 623, de 09.03.2022.

##### Contaminantes em alimentos:

Resolução-RDC nº 722, de 01.07.2022; e,  
Instrução Normativa nº 160, de 01.07.2022.

##### Alérgenos:

Codex Stan 1-1985 (Codex Alimentarius);  
Regulamento (UE) nº 1169/2011 (União Europeia);  
Regulamento (UE) nº 78/2014 (União Europeia); e,  
Resolução-RDC nº 727, de 01.07.2022.

#### ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Código Interno	Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	Empilhamento Máximo	Validade	Código de Barras
5767	Espaguete 8 500 g	Fardo	20	11	2 anos	Produto: 7896412800856 Fardo: 17896412800853
5770	Parafuso 500 g	Fardo	20	7	2 anos	Produto: 7896412800863 Fardo: 17896412800860

007/5767/0224 e 015/5770/0224

#### TONDO S.A.

Unidade Industrial 3: Rua 10 de Novembro, 264 • Bairro Cidade Alta • Bento Gonçalves/RS • CEP 95700-382 • Tel. (54) 3055.0500  
Unidade Industrial 4: Rodovia ERS-122, nº 10.668, km 66 • Bairro Forqueta • Caxias do Sul/RS • CEP 95115-550 • Tel. (54) 3026.7500  
[www.orquidea.com.br](http://www.orquidea.com.br)